

TENDÊNCIAS/DEBATES

A tortura e o terrorismo

JARBAS PASSARINHO

Como ter na conta de justos os que, tomados de ira jupiteriana contra acusados de tortura, se negam a ver a hediondez dos terroristas?

AS GUERRILHAS e o terrorismo existem há séculos e continuam sendo formas importantes de conflito armado. Uma "guerra suja", porque, para ela, nunca se estabeleceu nenhum código de conduta e, nela, os fins justificam os meios, mesmo os crimes hediondos. Agredido pela luta armada desde 1966, o governo desbaratou as guerrilhas, a última em 1974.

O processo de transição do presidente Ernesto Geisel para a democracia plena foi concluído com a emenda constitucional de 13 de outubro de 1978, revogando os Atos Institucionais e Complementares, restaurando as liberdades fundamentais, entre as quais a de imprensa.

Em agosto de 1979, líder do governo João Figueiredo, coube a mim defender o projeto de anistia política, essencial para a reconciliação nacional buscada. As galerias, dominadas pela esquerda raivosa, aos berros nos acusavam de fascistas e torturadores. Não acenávamos com o perdão, que pressupõe arrependimento. Intentávamos cicatrizar feridas e reconciliar a nação por meio do esquecimento recíproco das violências mútuas, as quais haviam despertado emoções intensas e dolorosas. O esquecimento, no entanto, só seria observado pelos vencedores. Silenciei, em brevíssimo discurso, e apenas por minutos, a onda avassaladora de insultos movidos pelo ódio dos derrotados. Não tendo tido o apoio do povo, que lhes era decisivo, mascararam o repúdio da sociedade, atribuindo a derrota à tortura, muitas vezes falsa. Ódio que nunca cessou e que agora recrudescer, a lembrar o diálogo, citado por Simone de Beauvoir, entre a mulher de Maurice Thorez e um deputado que estranhou "tanto ódio no coração de uma mulher". Respondeu ela: "Não se pode amar o povo sem odiar seus opressores".

Quase 30 anos depois, é isso o que agora vem à baila no Brasil. A Lei da Anistia foi sucessivamente ampliada nos governos Figueiredo e Sarney e excessivamente deformada no governo Fernando Henrique Cardoso, com vultosas indenizações a anistiados, indenizações que se transformaram em indústria.

O presidente, que se auto-exilou, legislou como se ressarcisse vítimas dos campos de concentração stalinistas descritos por Soljenitsin. Num arroubo, disse ter sido o "dia mais feliz de sua vida" aquele em que assinou o decreto das indenizações milionárias e altas pensões vitalícias livres do imposto de renda. Um prêmio compensador da derrota. Alguns, decentes, recusaram o benefício. José Genoíno, guerrilheiro quando comunista do PC do B no Araguaia, protestou dizendo que nem a luta armada justificava vantagem financeira. Ana Leocádia, filha de Prestes, teve a mesma repugnância. Antes da anistia, advogados fizeram renome defendendo presos em processos no Superior Tribunal Militar, um tribunal que, generosamente, absolveu ou reduziu centenas de sentenças de primeira instância e mereceu os maiores elogios de Josaphat Marinho, Paulo Brossard, Evaristo de Moraes e criminalistas talentosos.

Advogados especializados em defender presos de motivação insurgente, alguns se elegeram deputados, outros ganharam renome pelo mérito ou enriqueceram falseando a verdade.

A tortura, se comprovada, é como o terrorismo. Mas há os que só num deles fazem cair

a sua ira. Acusam de apologista da tortura quem defende difamados. Julgam iguais os desiguais e fazem santos os terroristas. Com igual leviandade, poderiam ser acusados de apologistas do terrorismo. Parecem justificar o terrorista esfacular o corpo de um soldado de sentinela de serviço no seu quartel, assassinar filhos do povo como vigilantes de bancos ou segurança de embaixadores e estourar o crânio de um tenente da Polícia Militar, refém voluntário, para salvar seus soldados feridos.

Dizem-se de consciência limpa muitos a quem a catarata ideológica só permite ver a tortura, mas, convenientemente opaca, não deixa ver os crimes igualmente perversos dos terroristas. Como tê-los na conta de justos, tomados de ira jupiteriana contra acusados de tortura, se não vêm, porque se negam a ver, a hediondez dos terroristas? E por que endossam versões falsas, como a de que crianças foram encarceradas e torturadas, quando, na verdade, presos os pais em casa, não havendo babás, uma policial se ofereceu para levá-los para a sua própria casa até chegarem os parentes moradores em outro Estado? Foram entregues sãos e salvos.

Prefiro aplaudir o jurista Manoel Ferreira Filho, que entende a anistia como "uma pedra no passado". E a sensatez do ex-presidente José Sarney, preferindo o silêncio que vale por esquecimento. Silenciarei, também.

JARBAS PASSARINHO, 86, é coronel da reserva. Foi governador do Pará (1964-65) e senador por aquele Estado em três mandatos (1967-74, 1975-82 e 1987-95), além de ministro da Educação (governo Médici), da Previdência Social (governo Figueiredo) e da Justiça (governo Collor).

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2911200610.htm>

PAINEL DO LEITOR

FOLHA

Tortura

"O artigo de Jarbas Passarinho ("A tortura e o terrorismo", "Tendências/ Debates", 28/11) obriga-me a prestar um testemunho de infância. Sou "obrigado", porque o faço com pesar, pois não me é fácil expor estes sentimentos.

Fui preso, aos 4 anos de idade, em minha casa. Assistia ao "Vila Sésamo", programa infantil na TV, e fui interrompido pelos agentes do senhor Ustra, diga-se do DOI-Codi, que invadiram nossa casa com suas metralhadoras e palavras ofensivas.

Estávamos eu, minha irmã de 5 anos e minha tia, grávida de sete meses. Colocaram-nos no camburão e nos levaram ao "escritório" deste cidadão que hoje dá-se a escrever livros falseando sobre parte das mais horríveis na história do Brasil.

Já dentro do DOI-Codi, fui levado a um lugar onde pude ver meus pais já torturados. Por uma janelinha, a voz materna que meus ouvidos estavam acostumados a escutar me chamava. Porém, quando eu olhava, não podia reconhecer aquele rosto, verde/arroxeadado pelas torturas que o oficial do Exército, coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, havia infligido à minha mãe. Era ela, mas eu não a reconhecia. Essa cena eu não esqueço, não porque arquitete uma vingança imaginária contra o coronel Ustra.

Ela não é uma informação da qual disponho, mas uma marca que talvez só por meio da terapia de meu testemunho público possa acalmar, deslocar para espaços periféricos de minha memória. Reitero minha confiança na Justiça de conquista de uma reparação histórica e moral. Prefiro, como fez José Carlos Dias, o testemunho que vale a memória. Pelo direito à verdade!"

EDSON LUIS DE ALMEIDA TELES, um dos autores do processo da família Teles contra o coronel Ustra (São Paulo, SP)

"Jarbas Passarinho, ministro no período mais negro da ditadura, está defendendo publicamente Carlos Alberto Brilhante Ustra, que prefere calar mesmo quando é acusado -como o foi pelo

advogado José Carlos Dias- de emporcalhar com o sangue das vítimas a farda que deveria honrar.

Solidário a um torturador e cúmplice da tortura por omissão, Passarinho tem outro ponto em comum com o ex-comandante do DOI-Codi: calunia os torturados.

Pois foi em retaliação aos meus artigos pedindo que se faça justiça no caso de Brilhante Ustra que ele afirmou, na entrevista que concedeu no último dia 24 a esta **Folha**:

"Você vê o cara confessando na TV e 15 dias depois dizendo ao juiz que foi torturado".

Sabendo que a tortura no meu caso foi mais do que comprovada, tendo sido reconhecida pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e atestada por laudos médicos, além de haver me deixado com uma lesão permanente, Passarinho evita citar meu nome para escapar das consequências jurídicas do que insinua."

CELSON LUNGARETTI (São Paulo, SP)

"O artigo de Jarbas Passarinho é oportuno, coerente, responsável e responde à altura ao advogado José Carlos Dias. A meu ver, Dias tenta ressuscitar o ódio espalhado pelos pseudopatriotas e salvadores da pátria -gente da "esquerda democrática", adeptos por conveniência aos acontecimentos da época- e perpetuar a idéia de que os militares foram e são um mal para o país.

A verdade é que o oportunismo e a conveniência continuam fazendo parte da estratégia de certas pessoas públicas deste país, por certo para jamais serem esquecidas e continuarem usufruindo das benesses e locupletando-se à custa de ações indenizatórias milionárias ou gordas aposentadorias vitalícias pagas com dinheiro público.

JOÃO CARLOS GONÇALVES PEREIRA, advogado, subtenente reformado do Exército (Lins, SP)